

Visibilidade e Cultura

Maria Angela Faggin Pereira Leite

**Bióloga da USP, mestre da FFLCHUSP,
doutora FAUUSP, professora livre docente
de paisagismo da FAUUSP**

FUNDAMENTOS

RESUMO

As mudanças ou transformações da realidade visando um futuro desejado, são processos que tomam como substrato inicial as formas da paisagem, veículos de transmissão, às futuras gerações, de um tipo de consciência social que confere sentido e profundidade à ocupação do território.

A possibilidade de perceber, de entender o que está sendo representado na paisagem é o primeiro passo em direção a alterações da ordem social.

Esses processos e seus desdobramentos no projeto de paisagismo são objetos deste artigo.

ABSTRACT

Reality changes and transformations seeking a desirable future, can be seen as processes that consider landscape forms as a means of communicating a kind of social consciousness, which gives meaning and relevance to territory occupation. The possibility of perceiving and understanding what is being represented in the changes of social order.

This article refers to these processes and its developments/influences in landscape design.

Visibilidade e Cultura

Falar sobre a paisagem e seu processo de formação, deixa sempre a impressão de que estamos tratando de uma construção histórica, cujos alicerces estão apoiados numa cadeia de eventos que, embora formem uma trama sólida e coerente, na realidade não estão completamente colados ao universo de nossas preocupações imediatas. À paisagem entendida como construção coletiva pode-se, ademais, atribuir uma qualidade de manipulação, de ocultação da verdade, na medida em que o que ali está representado não corresponde à totalidade dos fatos, mas a uma visão parcial deles, muitas vezes em desacordo com os nossos desejos individuais. Não é difícil admitirmos que certas inter-relações entre os objetos da paisagem, certas configurações simbólicas, tenham o propósito indisfarçável de criar uma imagem ideal, uma espécie de paisagem desejável, que nem sempre corresponde à resultante das forças sociais empregadas na sua construção. É uma sensação de falsificação, de ocultação.

Entre os muitos motivos que alimentam essa sensação está o fato de que a paisagem pode ser facilmente confundida com as instâncias econômica, política e ideológica do espaço social, que nela se fazem presentes com maior ou menor intensidade em cada momento histórico.

Essas instâncias, que são regidas por normas específicas e que contêm seus próprios mecanismos de regulação, formam um sistema que visa a reprodução e a manutenção de relações sociais de produção, representadas na paisagem através de objetos funcionais. Se essa representação é manipulada, à paisagem cabe o papel de revelar a falsificação decorrente do descompasso entre as relações sociais que a produzem e a imagem que é apresentada, abrindo, através da percepção, caminho para mudanças desejadas.

As mudanças, as transformações da realidade visando um futuro desejado, são processos que tomam como substrato inicial as formas da paisagem, veículos de transmissão, às gerações futuras, de um tipo de consciência social que confere sentido e profundidade à ocupação do território. A possibilidade de perceber, de entender o que está sendo representado na paisagem é o início desse processo que abre, para o pensamento, um campo virtual a ser explorado pela imaginação. Durante a exploração desse campo, a imaginação, que está presente no primeiro momento como impulso para o conhecimento da realidade, cede lugar à objetividade dos processos racionais, para reaparecer depois, sob a forma de imagem de futuro a ser atingida. O primeiro passo desse caminho é desejar alterações na ordem estabelecida, passo que só pode ser dado quando existe a possibilidade de entender, não só o que está representado na paisagem, como também a sua gênese.



Consciência, imaginário e simbolização

Para Freud, nas condições sociais que, historicamente, prevalecem, os homens precisam proteger-se de si mesmos, de sua capacidade de desejar alterações nas relações sociais de produção estabelecidas e, para isso, contam com mecanismos de defesa, isto é, acionam dispositivos inibidores da consciência, que tornam invisíveis as percepções da realidade exterior associadas a impulsos de transgressão. Esses mecanismos de autoproteção, que coincidem com as formas de proteção social, são ilusões ou falsificações da consciência, que vão da percepção ao pensamento: deixamos de perceber, portanto não podemos pensar. A ilusão não resulta, em princípio, de perversidades inerentes à realidade exterior, isto é, não é a realidade exterior que me ilude, mas é minha percepção dela que, canalizada para a ilusão, visa perpetuar o modo de produção e reprodução das relações sociais.

Freud afirma que as falsificações da consciência destinam-se não só a permitir a vida civilizada em geral, mas também a manter uma certa forma de organização social baseada em privilégios de riqueza e poder, o que faz com que sejam desigualmente distribuídas na sociedade. A repressão contida nas instâncias da realidade exterior encontra seu complemento cognitivo nas ilusões da percepção e do pensamento, que inibem a transgressão, enquanto a repressão adicional, imposta a certos grupos sociais, encontra

seu complemento numa ilusão adicional, capaz de transformar em necessidade a irracionalidade programada pelo poder, fechando o círculo com um discurso legitimador que explica e justifica a violência social. Em resumo, a repressão (externa) e suas decorrentes sanções são instrumentos de imposição do comportamento social desejado, enquanto a defesa (interna) evita a percepção e o pensamento contrários ao interesse geral e, ambas, promovem a limitação da liberdade no plano da ação e a limitação da consciência no plano do conhecimento.

A discussão proposta aqui é a de como a limitação da consciência influi no processo de apropriar-se da natureza, construir a paisagem e qualificar o lugar, processo que está apoiado em questões pertencentes ao imaginário, às representações coletivas e ao simbólico.

O pensamento trabalha sobre percepções e reminiscências, com vistas ao conhecimento e à transformação da realidade exterior. Tal conhecimento pode ser falseado e, conseqüentemente, influir na transformação, quando a percepção é suprimida ou deformada, ou quando o pensamento produz associações errôneas ou deficitárias. Isto é, ou os objetos podem não ser percebidos, ou as conexões – por contigüidade ou similaridade – podem ser insatisfatórias, mas a consciência sempre *quer* conhecer a realidade exterior.

Existe, contudo, uma forma de pensamento que se afasta explicitamente do real e se apóia na percepção e na memória, não para organizá-las com vistas ao conhecimento da realidade, mas com vistas à estruturação de cenários irreais e à criação de um universo fictício. É a forma de pensamento que Freud chama de imaginação, ou pensamento imaginário, ou imaginário. O pensamento realista resulta na produção de idéias que podem, ou não, ser verdadeiras; o pensamento imaginário resulta na produção de fantasias que não são falsas nem verdadeiras, mas apontam para uma realidade possível, situada além da visibilidade existente e, portanto, potencialmente capaz de concretizar-se como alternativa ao presente.

O imaginário, ainda segundo Freud, contém dois vetores que operam tanto na esfera da percepção, quanto na do pensamento: um vetor encobridor, a serviço da ocultação e um cognitivo, a serviço do conhecimento.

O imaginário encobridor atua na esfera da percepção transportando para a realidade exterior fantasias que privilegiam certas estruturas, destacando-as de seu contexto histórico. É o caso, especialmente, dos

fenômenos de psicologia de massas – nazismo, fascismo, nacionalismo, etc. – onde certas instituições são sacralizadas e dissociadas das circunstâncias que as originaram, deformando a percepção. Na esfera do pensamento, atua produzindo associações distorcidas, porque o substrato perceptivo, aqui, é a fantasia e não a realidade. Quem não se lembra, fantasia, e nesse processo, o que se evapora não são exatamente os fatos traumáticos ou os conflitos, mas a sua historicidade. Corrigir o passado suprimindo acontecimentos ou reescrevendo o que parece inaceitável, ainda pode conferir algum controle sobre esse passado, isto é, a história ainda pode ser percebida como história. Mas se, ao invés de suprimir ou reescrever esses acontecimentos, eu os substituo por fantasias, a história deixa de se oferecer à percepção como uma seqüência de eventos, ainda que deformados, e passa a oferecer-se como o conjunto dos não eventos que constituem as fantasias. O imaginário encobridor, então, ao mesmo tempo que substitui o real pela fantasia, é o ponto de partida para a produção de falsas memórias, ou de uma história falsa, porque impede a exploração das possibilidades oferecidas pelo real. Produz um texto que, embora expresso em linguagem conceitual, está condicionado pela fantasia.

O imaginário cognitivo atua na esfera da percepção, utilizando a realidade exterior como um suporte material para ativar traços da memória vinculados por contigüidade ou similaridade, à vivência presente. O imaginário cognitivo toma, do mundo real, fatos reais e os reordena segundo a lógica do inconsciente, que não é cronológica, não conhece dúvida nem negação. Esse processo de reordenação explora um estado de coisas que transcende a realidade, produzindo imagens a partir de imagens, projetando-se para o futuro como força criadora. Na esfera do pensamento, as fantasias do imaginário cognitivo também constituem ilusões, não no sentido de serem falsas, mas porque constituem realizações do desejo, representações simbólicas não vistas, mas pensadas como possibilidades que se acumulam e se sedimentam na cultura. Essas fantasias conscientes não se confundem com a realidade, porque quem imagina representa algo, sabe que imagina, não vê, mas pensa. O imaginário cognitivo produz um texto que, embora expresso sob forma de fantasia, está condicionado pelo intelecto.

O futuro projetado pelo imaginário cognitivo pode realizar-se através da ação, quando indivíduos ou a coletividade são impulsionados para criar condições reais de satisfação do desejo, ou através da simbolização cultural que modela fantasias visando uma nova realidade. O futuro

visado pela fantasia, neste caso, é compartilhado por um público que experimenta o mesmo tipo de insatisfação diante da realidade e este é, em geral, o caminho de todas as transformações regidas pela cultura.

O simbólico é a força motriz para um certo tipo de pensamento preparatório para a ação, e toma a realidade, não dentro de seus limites objetivos, mas na sua perspectiva de abertura para o novo: movido pelo imaginário, o pensamento concentra sua atenção nos aspectos da realidade que devem ser transformados e utiliza-se de processos racionais para definir o que e como fazer.

A transformação da natureza em paisagem é uma expressão das possibilidades de existência delineadas no imaginário de cada época. O que a natureza sugere é apropriado pelo imaginário e traduzido, simbolicamente, em artefatos sociais. A visualização do que está apenas sugerido num primeiro momento, adquire corpo em cada um e no modo de reunião dos muitos objetos que constituem a paisagem.

Simbolizar implica traduzir um significado, expressá-lo através de um objeto capaz de libertá-lo de seu contexto original, transportando-o para outro contexto, freqüentemente de organização mais complexa. Esse objeto, passível de descontextualizar sensações e de manifestá-las em outra totalidade, é um objeto cultural, veículo de transmissão, às futuras gerações, de práticas e valores sociais. É, porém, a reunião desses objetos culturais que cria uma representação de mundo, caleidoscópio composto pela união de múltiplos significados, transportados de tempos diversos, e que qualificam a paisagem transformando-a em lugar.

E espaço total e espaço relacional

Mas, se são os lugares que qualificam a paisagem, isto é, que conferem por meio de processos simbólicos, um significado exclusivo aos elementos que a compõem (Pereira Leite, 1996, p. 5), é a reunião dos lugares que nos dá o sentido de territorialidade, de pertencer àquilo que nos pertence, sentimento simbólico de exclusividade e limite, que não se confunde com delimitação político-administrativa. Um território é uma extensão apropriada e usada e, por isso, contém, fortemente, o

sentido de espaço e tempo. É, assim, conveniente tratarmos aqui do espaço e de sua conceituação.

Na obra de Milton Santos, o espaço surge (Santos, 1985) como um sistema complexo de relações submetido, em sua evolução, à evolução de seus elementos ou subsistemas. O espaço total, que escapa à nossa apreensão empírica e vem ao nosso espírito como conceito, constitui o *real*, enquanto suas frações ou elementos, que apreendemos, tanto mais concretos, quanto menores, constituem o *relacional*, na medida em que seu valor não está neles próprios, mas no valor relativo que eles adquirem dentro de um sistema mais amplo. Homens, firmas, instituições, meio ecológico, infra-estrutura, são dados concretos pela sua existência, mas são também relacionais, porque mudam seu valor relativo dentro do sistema espaço. Essa mudança, que não é homogênea para todos os elementos, explica-se pelo valor que eles adquirem com a incidência de eventos capazes de alterar as relações que comandam a evolução do espaço total.

Posteriormente, Milton Santos propõe a ligação indissolúvel entre tempo e espaço através da categoria mundo (Santos, 1994), síntese dos eventos e dos lugares, isto é, síntese do tempo – transcurso, sucessão de eventos e sua trama – e do espaço – meio, lugar material da possibilidade dos eventos. O espaço, então, não se resume ao tipo de sistema de relações entre os elementos que o constituem, mas é também o lugar concreto da manifestação dessas relações. A cada momento mudam, juntos, o tempo, o espaço e o mundo.

O espaço, finalmente, aparece como fluxo técnico-científico-informacional (espaço total), que pode se materializar nos lugares (frações relacionais), vulneráveis à evolução da técnica, do tempo, da razão hegemônica e da emoção (Santos, 1996). Os lugares são aqui tomados como bases materiais onde a ideologia produz seus símbolos, “*criados para fazer parte da vida real e que, freqüentemente, tomam a forma de objetos*” (Santos, 1996, p. 101). A ideologia está no espaço e no lugar, na estrutura do mundo e também nas coisas. Tanto pode materializar o real nas relações do lugar, quanto pode criar um “real” propondo-o através de símbolos e representações que, tomando o lugar pelo espaço, perpetuam a representação dos interesses das classes dominantes. Mas a ideologia se renova a cada transformação social, como também os símbolos que a representam. Essa renovação, que modifica o significado dos elementos do espaço e suas relações nos lugares, nos per-

mite entender o movimento da sociedade, que é o movimento do espaço total, conjunto indissociável do sistema de objetos (tecnoesfera) e do sistema de ações (psicoesfera) (Santos, 1996). “*Ambas, tecnoesfera e psicoesfera, são locais, porque são apreendidas localmente, mas constituem o produto de uma sociedade mais ampla que o lugar.*” (Santos, 1996, p. 204.) São redutíveis, uma à outra, porque o conteúdo técnico e científico do lugar condiciona novos comportamentos humanos que, por sua vez, consolidam a base social da técnica, apóiam, acompanham e, por vezes, antecedem a expansão do meio técnico científico.

Mudanças no espaço só ocorrem quando mudam simultaneamente ou encadeadamente, o sistema de objetos e o sistema de ações. Essas mudanças são datadas e constituem períodos estabelecidos de acordo com a ótica dos diferentes autores que os propõem e com as variáveis que comandam a mudança em questão¹. Mas existe unanimidade na afirmação de que cada novo período desmonta a precedente organização do espaço. Para Milton Santos, o período tecnológico que se inicia em 1945, caracteriza-se por mudanças cada vez mais solidárias e globais porque, mesmo que o novo não incida igualmente sobre todos os lugares – e nunca incide – ele tem, agora, a capacidade de inseri-los verticalmente no espaço absoluto que é o mundo.

As ações hegemônicas da atualidade, que se realizam por meio de objetos hegemônicos, privilegiam certos lugares – aqueles que estão mais sujeitos à incidência do novo – mas chamam todos os outros a colaborar com eles. Esse fenômeno, que alguns autores contemporâneos chamam de “guerra dos lugares” (Santos, 1996, p. 198), comprova que o lugar é um subsistema do espaço, que se define, tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional (Santos, 1996, p. 205). Os lugares apresentam cargas muito diferentes de conteúdo técnico-científico (os objetos ou artefatos que os integram), informacional (sua capacidade de interagir com o entorno e com outros lugares) e comunicativo (suas condições de compartilhar seu conteúdo técnico e informacional), e é essa carga diferenciada, esse novo seletivo, característico do período tecnológico, que lhes confere condições de competitividade.

(1) É assim que se explica, por exemplo, que para Eric Hobsbawm, em *Era dos Extremos*, o século 20 corresponda ao período que vai de 1914 a 1991, enquanto para Giovanni Arrighi, em *O Longo Século 20*, o mesmo período começou em 1870 e ainda não está encerrado.

À evolução dos lugares não corresponde, necessariamente, um novo período, uma mudança no espaço ou uma desorganização da ordem existente. Mas, ideologicamente, é possível, conforme já foi dito, tomar o lugar pelo espaço, isto é, tomar a representação arbitrária pela realidade e essa forma opaca de pensamento influi decisivamente no trabalho do imaginário social.

Fantasias e imposições

O que é normalmente referido como espaço em ciências humanas – psicologia, sociologia, antropologia, geografia, economia, arquitetura – é a fração relacional, carregada de valores, do espaço total. Para a arquitetura, especialmente, é comum a referência ao espaço da cidade ou ao espaço urbano como uma espacialização do social, como se houvesse uma determinação recíproca entre esse espaço e a sociedade. A cada mudança social corresponderia sua afirmação corpórea no espaço urbano e é essa convicção que permite que o planejamento e o projeto advoguem sua formulação inversa: a cada mudança no espaço urbano corresponderia sua afirmação nas relações sociais.

Tomar a fração do espaço pela sua totalidade, implica fazer vista grossa para o fato de que ela, a fração, é apenas uma relação arbitrária e específica entre os elementos do espaço, sujeita à incidência diferenciadora de eventos e intervenções. Tomá-la como totalidade, permite acreditar em planos e projetos como sistemas de ações indutores de objetos ou como objetos indutores de comportamentos.

Planos e projetos são, porém, apenas normas e códigos que dependem da sociedade e, até mesmo, da economia de mercado para sua concretização. *“Aquilo que os modelos procuram modelar é sempre um sistema de poder ... o que conta verdadeiramente é o que acontece apesar deles: a forma que a sociedade vai tomando, lentamente, silenciosamente, anonimamente, nos hábitos, no modo de pensar e de fazer, na escala de valores.”* (Calvino, 1983, p. 112/113.)

As inovações dos planos e projetos não se exercem de forma homogênea sobre toda a área de intervenção pretendida por eles e, no caso do projeto, especialmente, seu potencial de modificação está profundamente ligado às possibilidades de interpretação da sociedade que, ao

qualificá-lo através do uso, reconhece sua importância para a sedimentação de referências culturais.

O que os torna abrangentes não é sua carga técnico-científica e informacional, mas sua carga comunicativa, que permite compartilhar imagens potencialmente capazes de estimular a crítica e desencadear ações visando corrigir injustiças sociais. Projetos são o que Habermas qualifica como ações estratégicas, ações de caráter comunicativo, que visam um resultado instrumental (Habermas, 1988).

Na ação estratégica, a racionalidade está vinculada à constituição de consensos bem fundados, apoiados na razão. Sendo um tipo de ação comunicativa, a ação estratégica envolve enunciados lingüísticos que trazem implícitas reivindicações de validade, isto é, qualquer obstáculo ao entendimento mútuo se traduz, inicialmente, no questionamento das reivindicações de validade e na sua defesa, por meio de argumentação. Essa vinculação da racionalidade à constituição de consensos, implica pensá-la como processo, como uma ação em curso e não como atributo de uma coisa dada. É uma racionalidade possível, não necessariamente realizável em todas as ocasiões empíricas.

Para Habermas, os agentes desse processo racional são portadores de competências comunicativas derivadas da aquisição de consciência, da capacidade reflexiva, que permite apreender o mundo através do conhecimento, da relação com ele. A competência comunicativa é adquirida ao longo de uma seqüência irreversível de etapas de desenvolvimento cognitivo e, aqui, o imaginário tem atuação decisiva porque, tanto pode limitar a consciência, quanto pode projetar-se como força de criação.

Se o vetor encobridor desse imaginário induz as classes sociais a desconhecer a estrutura social existente e seu próprio papel dentro dela, é porque, no processo de apropriação da natureza, construção da paisagem e qualificação do lugar, a atenção está deslocada para a ordem do fragmento, percebida através de situações básicas, monótonas e inalteráveis – em essência, a forma pela qual são perpetuados no lugar interesses de dominação – condenados todos a não perceber o movimento real da sociedade, que é o movimento do espaço.

Nessa combinação de imaginário encobridor e mecanismos de autoproteção, o real é substituído por uma fantasia, uma imagem ideal a ser atingida que, socialmente desenraizada, tende a transformar-se

em um conjunto de mecanismos ou de aparatos para determinar, definir e induzir comportamentos, empobrecendo o universo sensível. As implicações políticas e ideológicas dessa imposição ficam diluídas numa razão absoluta, com uma lógica interna de autolegitimação capaz de torná-la autônoma em relação à sociedade que a recebe.

Se é a compreensão do movimento do espaço que leva à compreensão do movimento da sociedade, é a atuação no lugar do imaginário cognitivo que permite mudanças nesse movimento. Existe uma relação íntima entre as representações sociais e a realidade, que pode ser revelada pelas diversas formas de intervenção no território. Intervenções apoiadas sobre fantasias encobridoras são, simplesmente, atitudes autoritárias incapazes de revelar contradições, essenciais para a superação de conflitos e desequilíbrios. Seu destino final é a criação de uma ordem homogênea que, por não se aplicar senão a grupos sociais específicos e restritos, abre o caminho para o avanço acelerado do privado, domínio das expressões de individualismo, sobre o público, domínio da cultura e da diversidade.

B I B L I O G R A F I A

CALVINO, Italo. *Palomar*. Torino: Einaudi, 1983.

FREUD, Sigmund. *Obras completas*. São Paulo: Imago, 1977.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria da ação comunicativa*. Madri: Taurus, 1988.

PEREIRA LEITE, Maria Angela F. Projeto e uso dos espaços públicos: o código e a interpretação. In: OLIVEIRA e FECHINE (orgs). *Visualidade, urbanidade e intertextualidade*. São Paulo: Hacker, 1998.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.